

Apenas 11% dos alunos sabem matemática ao fim do ensino médio

Matemática

Enviado por: skura@seed.pr.gov.br

Postado em: 10/05/2012

O Anuário Brasileiro da Educação Básica-2012 mostra que o nível de aprendizagem entre estudantes brasileiros ainda é muito baixo, especialmente de matemática. Em 2009, apenas 11% dos alunos brasileiros mostram proficiência esperada na disciplina ao chegar ao 3º ano do ensino médio.

Meta é que 70% dos alunos tenham aprendido o adequado para sua série. O Anuário Brasileiro da Educação Básica-2012 mostra que o nível de aprendizagem entre estudantes brasileiros ainda é muito baixo, especialmente de matemática. Em 2009, apenas 11% dos alunos brasileiros mostram proficiência esperada na disciplina ao chegar ao 3º ano do ensino médio. O lançamento do anuário aconteceu nesta quarta-feira (9) na Comissão de Educação e Cultura da Câmara. Formulado pelo movimento Todos Pela Educação – que congrega sociedade civil organizada, educadores e gestores públicos em torno do direito à educação básica de qualidade –, o anuário é um panorama do setor, com compilação de análises e dos dados oficiais mais recentes. De acordo com o Todos pela Educação, para que a educação do Brasil atinja o patamar dos países desenvolvidos até 2022, a meta é que 70% ou mais dos alunos tenham aprendido o que é adequado para a sua série em cada disciplina. “Mesmo nos estados mais ricos e com investimento maior em educação, o nível de aprendizagem dos estudantes brasileiros é baixo, principalmente no ensino médio e especialmente em matemática”, aponta a diretora-executiva do Todos Pela Educação, Priscilla Cruz. No Sudeste, por exemplo, apenas 13,7% dos alunos alcançam desempenho adequado em matemática ao fim do 3º ano do ensino médio. Na Região Norte, esse percentual é de apenas 4,9% dos alunos. Para ela, é importante que o País tenha um projeto claro que impulse o aprendizado da disciplina. “A matemática é fundamental para se ter uma população preparada para o século XXI”, diz Priscilla. Ela destaca que o poder de compra da sociedade brasileira está crescendo, inclusive na classe D e E. “Estamos formando uma classe consumidora que não sabe fazer conta”, observa. Mais jovens formados - A diretora do Todos pela Educação destaca, como positivo, o dado de que mais jovens têm se formado no ensino médio. Em 2009, o percentual de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio era de 50,9%; em 2003, esse percentual era de apenas 43,1%. “Mas o ritmo ainda é lento”, afirma Priscilla. “Estamos conseguindo avançar, mas não da forma que o País precisa e que os jovens precisam para atuar de forma cidadã e consciente”. Essa também é a visão do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Segundo ele, o anuário mostra que o Brasil está melhorando no setor de educação, mas não está melhorando em velocidade suficiente para enfrentar “as exigências educacionais do mundo moderno”. Outro dado relevante contido no anuário é a desigualdade educacional no Brasil. “Essa desigualdade educacional é berço da desigualdade socioeconômica do País, que é muito naturalizada, infelizmente”, ressalta Priscilla. “O brasileiro acha natural oportunidades diferentes entre classes sociais diferentes, regiões, raças, idades – e isso tem que ser desnaturalizado.” Um exemplo dessa desigualdade é o próprio percentual de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio. Se na região Norte essa taxa era de 39,1% em 2009, na Região Sudeste o percentual era de 60,5%. Para Cesar Callegari, o anuário é uma fotografia da educação brasileira, que mostra evoluções, mas também “o enorme caminho a ser percorrido para se chegar à educação de qualidade para todos no País”. Callegari elogiou o movimento organizado da

sociedade, que está ajudando a formar um pacto social pela educação de qualidade. Segundo ele, a base desse pacto é o Plano Nacional de Educação (PNE - PL 8035/10). “O plano precisa ser votado; não podemos deixar que a discussão do plano fique reduzida ao financiamento da educação”, disse. Royalties para educaçãoNa Comissão Especial do PNE, a votação tem sido atrasada pela polêmica em torno do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) a ser investido na educação. Hoje, a União, os Estados e os municípios investem juntos o valor de 5% do PIB no setor. No texto original do PNE, o governo sugeria 7%. Já o relatório do deputado Angelo Vanhoni (PT-PR) prevê 8% de investimentos totais em educação; enquanto entidades da sociedade civil e outros deputados pedem investimento de, pelo menos, 10% do PIB em até dez anos. Para Newton Lima, é primordial se discutir de onde virão os recursos para investimento. De acordo como secretário de Educação Básica, a porcentagem deve ser resolvida pelo Congresso Nacional. “Mas temos que ter a consciência de quanto o Brasil dispõe”, opinou. “Há muitas outras formas de avançar, melhorando a eficácia e eficiências dos recursos que temos hoje, e o PNE aponta várias dessas direções”, completou. Conforme o presidente da Comissão de Educação, deputado Newton Lima (PT-SP), é primordial discutir de onde virão os recursos para investimentos na educação – “seja esse investimento de 8%, 9% ou 10% do PIB”. O deputado defende que 50% dos royalties do petróleo sejam destinados para as áreas de educação, ciência e tecnologia. A iniciativa já foi acatada pelo deputado Carlos Zarattini (PT-SP), relator do projeto sobre as novas regras de distribuição dos royalties do petróleo. Lima pediu mobilização da sociedade civil para que os deputados aproveem a proposta. Esta notícia foi publicada em 09/05/2012 no Bem Paraná. Todas as informações nela contida são de responsabilidade do autor.